



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO



ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2019

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, E, DE OUTRO, A COMUNITAS: PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, OBJETIVANDO MEDIDAS PARA A REDUÇÃO DE DESPESAS DO EXECUTIVO ESTADUAL.

Pelo presente instrumento de Acordo de cooperação que celebram, de um lado, o **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**, doravante denominada SEAD, inscrita no CNPJ sob nº 05.247.283/0001-94, situada à travessa do Chaco nº 2350, Bairro do Marco, Belém (PA), neste ato representada por **HANA SAMPAIO GHASSAN**, brasileira, divorciada, contadora, portadora do RG nº 2313755 SSP/PA e do CPF 297.292.202-63, residente e domiciliada na Rua Municipalidade, nº 1282, Bairro do Umarizal, CEP nº 66.050-350, nesta capital e, de outro lado, a **COMUNITAS: PARCERIAS PARA DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO**, doravante simplesmente denominada COMUNITAS, associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com sede e foro no Centro Ruth Cardoso, à Rua Pamplona nº 1005, 3º andar, Jardim Paulista, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.983.242/0001-30, neste ato representada por sua Diretora, **PATRÍCIA PEREIRA LOYOLA KAKAZU**, brasileira, casada, comunicóloga, portadora da Cédula de Identidade nº 26.268.551-6 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 269.707.008-79.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a conjugação de esforços e recursos para implementação do Projeto Juntos Estados, doravante denominado “PROJETO”, o qual tem por objetivo o intercâmbio de conhecimentos existentes e produzidos pelos partícipes, com vistas à implementação de medidas de melhoria da qualidade do gasto público, eficiência na alocação de recursos públicos, conforme descrito no Plano de Trabalho.

1.2. O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, dos indicadores de resultados, consta do Plano de Trabalho, Anexo I, parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

1.3. A coordenação e supervisão geral do PROJETO ficarão sob responsabilidade da COMUNITAS.

1.4. A execução das atividades específicas ficarão sob responsabilidade do parceiro técnico da COMUNITAS, M.A.I.S. SOFTWARE DE RESULTADOS LTDA.

1.5. Nos termos do art. 57 da Lei 13.019/2014, no decorrer da implementação do Projeto, poderá haver a inclusão de novas frentes de trabalho e respectivos parceiros técnicos, desde que devidamente e informado pela COMUNITAS e aceitos pela SEAD,





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

devendo, por conseguinte, a COMUNITAS enviar à SEAD um ofício informando a inclusão e anexando o correspondente PLANO DE TRABALHO.

1.6. O PROJETO será inteiramente financiado pela COMUNITAS, a quem caberá, portanto, a responsabilidade pela captação dos recursos necessários para sua execução, isentado a SEAD, desde já, pela referida captação.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

2.1. Compete a SEAD:

- a) fornecer apoio político-institucional e dados técnicos necessários ao desempenho das atividades a serem executadas;
- b) garantir a adesão do Executivo do Estado do Pará, beneficiário do Projeto;
- c) exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Acordo de Cooperação, e acompanhar as atividades previstas no Plano de Trabalho, deste Acordo de Cooperação, e acompanhar as atividades previstas no Plano de Trabalho, avaliando os resultados e recomendando medidas saneadoras eventualmente necessárias;
- d) sugerir eventuais propostas de reformulação das atividades a serem executadas, desde que não impliquem em mudança do objeto, quando justificada a necessidade dessas reformulações durante a execução das atividades ou na hipótese de não serem captados todos os recursos financeiros junto à iniciativa privada;
- e) analisar os relatórios das atividades pertinentes ao PROJETO e certificar que as atividades, metas e etapas respectivas foram adequadamente realizadas;
- f) receber o objeto da parceria, quando concluído, nos termos avençados, conforme o cronograma de atividades;
- g) designar, de maneira expressa e formal, o gestor responsável pelo controle e fiscalização do PROJETO, nos termos do artigo 61 da Lei 13.019/14, servindo de apoio e articulação entre a COMUNITAS e os órgãos do GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, seus respectivos servidores e representantes;
- h) promover o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto desta parceria, bem como, emitir o competente relatório técnico contendo a análise das atividades realizadas e das metas alcançada.

2.2. Compete a COMUNITAS:

- a) coordenar a execução das atividades, visando à execução do objeto relacionado na Cláusula Primeira, avaliando os resultados e zelando pela observância da qualidade técnica;
- b) encaminhar à SEAD, sempre que solicitado, informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento e controle na execução deste Acordo de Cooperação, adotando de imediato as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela SEAD, através do gerente da parceria;
- c) encaminhar Relatório de Acompanhamento periodicamente e, sempre que solicitado pela SEAD, e um Relatório Final de avaliação, em até 60 (sessenta) dias após o encerramento das metas propostas com os resultados alcançados, sendo que este documento substituirá a prestação de contas, haja vista a inexistência de transferência de recursos financeiros, no presente Acordo;
- d) guardar sigilo e respeito à confidencialidade das informações e demais dados que passarem a compor os trabalhos a serem analisados, executados ou acompanhados em decorrência deste acordo, conforme disposto na Cláusula Terceira abaixo;





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

- e) observar diretrizes, metas, fases de execução e demais itens estabelecidos no Plano de Trabalho;
- f) captar recursos financeiros para a execução do Projeto perante empresas e institutos, sem qualquer restrição ou limitação, o qual será utilizado exclusivamente para a execução do presente Acordo de Cooperação;
- g) notificar a SEAD, imediatamente após a ocorrência ou surgimento de qualquer fato superveniente, modificativo ou extintivo do presente Termo, ao qual tenha ou não dado causa, para permitir a adoção de providências imediatas para solucioná-los;
- h) garantir livre acesso aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado do Pará, aos documentos e às informações relacionadas ao presente acordo;
- i) zelar pelo bom andamento das atividades objeto deste Acordo;
- j) indicar um interlocutor para execução do PROJETO.

2.3. Compete às consultorias técnicas, sob gestão da COMUNITAS se comprometem a:

- a) realizar encontros periódicos para apresentação dos resultados, atividades e etapas do presente Acordo;
- b) guardar sigilo e respeito à confidencialidade das informações e demais dados que passarem a compor os trabalhos a serem analisados, executados ou acompanhados em decorrência deste Termo, conforme disposto na Cláusula Terceira abaixo;
- c) indicar interlocutor para a execução do PROJETO.

CLÁUSULA TERCEIRA: SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

3.1. Caso seja necessário à viabilização da execução do objeto deste acordo de Cooperação, a SEAD poderá disponibilizar dados necessários para tanto, sendo que os partícipes e as consultorias técnicas, respectivos servidores, empregados, colaboradores, consultores, mandatários, auditores e estagiários que, direta ou indiretamente, participarem do PROJETO, deverão seguir as condições e termos dispostos no Anexo II (SIGILO E CONFIDENCIALIDADE), parte integrante ao presente ajuste, respeitando o disposto no item 11.7 infra.

3.2. A SEAD designará, de maneira expressa e formal, o responsável pelo fornecimento dos dados necessários.

CLÁUSULA QUARTA: DIVULGAÇÃO

4.1 Cada um dos Partícipes, ao promover a divulgação de atividades desenvolvidas em decorrência da implementação de ações do objeto, viabilizado pelo presente Acordo de Cooperação, deverá mencionar expressamente a parceria ora estabelecida.

CLÁUSULA QUINTA: DO PESSOAL

5.1. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer natureza entre os envolvidos e o pessoal utilizado para execução de atividades decorrentes do presente Acordo de Cooperação, mantida apenas a vinculação com cada entidade de origem.

CLÁUSULA SEXTA: DOS RECURSOS

6.1. Não haverá, no âmbito da presente parceria, transferência de recursos financeiros entre os Partícipes, cabendo a cada qual arcar com os custos decorrentes das



Handwritten signature and initials



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

obrigações assumidas, sendo ainda que, pela SEAD, não haverá cessão ou doação de bens, ou outra forma de compartilhamento de recursos patrimoniais, nos termos do disposto no artigo 29 da Lei 13.019/14.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO E ALTERAÇÕES E PRORROGAÇÃO

7.1. O presente Termo vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, podendo ser alterado mediante solicitação da COMUNITAS, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o artigo 55 da Lei 13.019/14.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO E DA RESILIÇÃO

8.1. O presente Termo poderá ser rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, constituindo motivo para a rescisão o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) se um dos partícipes vier a ceder, transferir ou caucionar a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações acordadas, sem prévia e expressa autorização do outro;
- b) se constatada a quebra de sigilo quanto às informações confidenciais repassadas;
- c) por critério de conveniência e oportunidade do GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, nos termos do que preceitua a súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

8.2. O presente Termo também poderá ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, de comum acordo ou unilateralmente, e por qualquer motivo, mediante comunicação prévia enviada ao Partícipe denunciado, com prova de recebimento e, no mínimo, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

9.1. O presente Termo será publicado em forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, conforme dispõe o art. 38, da Lei Federal nº 13.019/14. Ainda, a SEAD deverá manter em seu sítio oficial na internet, em até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento do presente Acordo de Cooperação, as informações mínimas designadas no parágrafo único do artigo 11 da lei nº 13.019/14.

9.2. A publicidade dos atos praticados em função deste Acordo de Cooperação deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

9.3. A COMUNITAS deverá divulgar na internet, em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, as informações referentes à celebração e à execução do presente Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES E MULTA

10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/14 e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em procedimento de credenciamento ou chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) ano;

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidade de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção de suspensão temporária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Se qualquer dos Partícipes permitirem, em benefício do outro, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no presente Termo, este fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar tais cláusulas e condições, que permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

11.2. Na hipótese de divergência entre as cláusulas e condições de Acordo de Cooperação com as cláusulas e condições de seu Plano de Trabalho, prevalecerão as disposições constantes neste instrumento.

11.3. Cada um dos Partícipes responderá isoladamente por quaisquer danos decorrentes dos atos ou omissão de seus empregados ou prepostos, não havendo nenhuma solidariedade ou subsidiariedade que possa ser invocada por um Partícipe em relação ao outro, ou mesmo por terceiros em relação aos Partícipes que não deram causa ao dano.

11.4. Nenhum dos Partícipes poderá transferir, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações deste Acordo de Cooperação sem a anuência prévia ou por escrito das outras.

11.5. Caso qualquer uma das cláusulas deste Acordo de Cooperação venha a ser declarada nula ou inválida, no todo ou em parte, por qualquer razão, as demais continuarão em pleno vigor. Neste caso, os Partícipes se obrigam a substituí-la por outra, o mais semelhante possível à nula/inválida, visando o restabelecimento das condições e equilíbrio das originais deste instrumento.

11.6. Para a execução deste Acordo de Cooperação, nenhum dos Partícipes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

11.7. A SEAD deverá disponibilizar apenas os dados e informações não restritas e necessárias para viabilizar a execução do Acordo de Cooperação e, para tanto, a COMUNITAS e seus parceiros técnicos, seus respectivos empregados, colaboradores, consultores, mandatários, auditores e estagiários que, direta ou indiretamente, participarem da execução das atividades se comprometem a utilizá-las única e exclusivamente para fins deste Acordo de Cooperação.

[Assinatura]





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

11.8. O presente Acordo de Cooperação se submete ao código de conduta funcional, devendo os Partícipes comunicar, de imediato, a ocorrência de eventual configuração de conflitos de interesses, inclusive com relações a terceiros eventualmente incorporados na parceria em um segundo momento.

11.9. As atividades a serem desenvolvidas pela COMUNITAS e suas parcerias, dentro deste Acordo de Cooperação, estão sujeitas à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à informação.

11.10. A SEAD declara, desde já, ter procedido com a verificação dos documentos que comprovam o atendimento pela COMUNITAS, dos requisitos exigidos para celebração deste Acordo de Cooperação, conforme artigos 33 e 34 da Lei nº 13.019/14, os quais compõem o processo administrativo nº 2017/360756.

11.11. A SEAD poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto do presente Acordo, no caso de paralisação da execução do mesmo, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Cidade e Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará para dirimir quaisquer dúvidas ou omissões que possam resultar do presente Acordo de Cooperação, ficando desde já estabelecida a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública, nos termos do artigo 42, inciso XVII da Lei nº 13.019/14.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de teor e forma, que segue assinado pelos Partícipes, na presença de duas testemunhas.

Belém, 07 de outubro de 2019.

HANA SAMPAIO GHASSAN
SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, RESPONDENDO.

PATRÍCIA PEREIRA LOYOLA KAKAZU
COMUNITAS: PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Testemunhas:

1-

CPF:

2-

CPF:

Willelson Gomes Promisio
887.463.802-72
[Assinatura]
347.261.443-91





Governo do Estado do Pará

PLANO DE TRABALHO

Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação firmado entre Estado do Pará e a Comunitas, para conjugação de esforços e de recursos para execução do "PROJETO JUNTOS ESTADOS".

2019



Sumário

1. A Comunitas.....	3
2. BISC (Benchmarking do Investimento Social Corporativo)	4
3. Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável	4
4. Objetivos	5
5. Modelo de Governança	5
6. Abordagem do Programa	7
7. Estágios de Governo	7
8. Atividades Comunitas	8
9. Replicabilidade.....	10
10. Apresentação Institucional do Parceiro Técnico	11
11. Informações do Projeto.....	12
11.1. Desafio	12
11.2. Justificativa:	13
11.3. Objetivos:	14
11.4. Metodologia:	14
11.5. Resultados Esperados:.....	14
11.6. Prazo:	14
11.7. Equipe:	14
11.8. Fatores Críticos de Sucesso:	15
11.9. Atividades:	15
11.10. Cronograma.....	15
11.11. Acompanhamento dos resultados:.....	16

1. A Comunitas

A Comunitas é uma organização da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país.

Por meio do envolvimento de diversos atores, estimula e fomenta ações conjuntas com o propósito comum de promover o desenvolvimento sustentável. A organização conta com o apoio de líderes de grandes empresas, engajados nas várias frentes de atuação da Comunitas, como o BISC (Benchmarking do Investimento Social Corporativo), o Encontro de Líderes e o Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, programa de aprimoramento da gestão pública.

A convicção da Comunitas é de que as empresas brasileiras podem contribuir para a superação dos problemas de ordem econômica e social em diferentes regiões do país, aportando conhecimento especializado e ferramentas de gestão que podem garantir maior eficiência ao setor público. Nesse sentido, a Comunitas aposta na atuação em rede para o estabelecimento de novos padrões de colaboração que possam transformar a realidade dos governos brasileiros.



2. BISC (Benchmarking do Investimento Social Corporativo)

Realizada anualmente, desde 2007, a pesquisa Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) foi a precursora das atividades desenvolvidas pela Comunitas.

O BISC é uma valiosa ferramenta que traça parâmetros e comparações sobre o perfil do investimento social privado no Brasil, acompanhando a evolução dos compromissos sociais das empresas participantes, que acreditam na sua parcela de responsabilidade na proteção do meio ambiente e geração de solidariedade social.

O objetivo do relatório BISC é aprimorar a gestão social privada, qualidade e impacto do investimento social, influenciando, decididamente, na eficácia do gasto social, permitindo que o responsável pelo investimento compreenda como e onde investir de forma mais aperfeiçoada. Além disso, por meio de uma parceria abrangente e inovadora com o CECIP e com The Global Exchange, consegue-se comparar esses investimentos aos padrões internacionais e promover uma convergência mundial, reunindo os mais expressivos líderes empresariais em prol do desenvolvimento social.

Com a pesquisa, também é possível refletir sobre o impacto das ações e desenvolver metas para maximizá-las, além de identificar possíveis desafios futuros. Como resultado, transformações mais significativas na qualidade de vida das comunidades e promoção de maior aproximação da empresa com a sociedade.

3. Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável

O Programa Juntos é uma coalizão de líderes empresariais em prol da melhoria da gestão pública no Brasil. Presente em diversas cidades brasileiras, o programa foi criado em 2012 a partir de uma reflexão feita por acionistas e presidentes de empresas nacionais, reunidos no 5º Encontro de Líderes promovido pela Comunitas. O grupo desenvolveu um modelo inovador de qualificação dos investimentos sociais





corporativos ao optar pela atuação direta em parcerias com administrações municipais. A iniciativa partiu da premissa de que atuar em conjunto com o poder público, envolvendo e engajando a sociedade civil, faria com que seus investimentos sociais fossem mais sustentáveis e perenes, promovendo impactos realmente transformadores na realidade dos governos brasileiros.

Ao atuar em parceria com esses governos, o Juntos se distancia dos modelos tradicionais de cooperação entre o setor privado e a administração pública e apoia iniciativas que respondem ao modelo de desenvolvimento das cidades e estados, e não a projetos isolados, criando soluções com o setor público e não para o setor público.

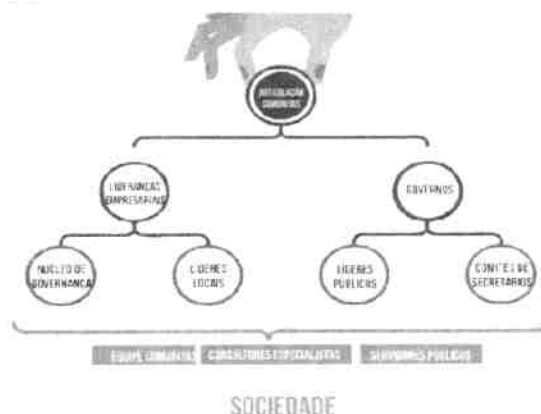
4. Objetivos

O Juntos tem como objetivo promover a participação da sociedade na administração pública, com a inclusão de cidadãos nas discussões e nos processos de tomada de decisões sobre as prioridades municipais. O envolvimento de líderes empresariais compreende um dos eixos fundamentais no sucesso do programa. Além de garantirem a sustentabilidade financeira do Juntos, através do investimento direto de recursos, os líderes são convidados a participar do acompanhamento das iniciativas e da definição de diretrizes de longo prazo, atuando em diálogo constante com os governos.

5. Modelo de Governança

O modelo de governança do programa pode ser resumido no diagrama abaixo:





- A) O **Comitê de Líderes Nacional** é a principal esfera da governança do programa. Composto por líderes empresariais é responsável por estabelecer diretrizes, determinar o escopo das atividades e acompanhar as ações em cada localidade. A Comunitas promove reuniões periódicas com o grupo, nas quais são definidas as ações estratégicas do período seguinte, bem como são avaliados os resultados do programa como um todo.
- B) Em cada cidade ou estado, o comitê atua em diálogo com um grupo de líderes empresariais locais. Juntos, o Comitê de Líderes Nacional e o Comitê de Líderes Locais formam o **núcleo de governança**, que estabelece um compromisso de governança compartilhada e transparente com o prefeito e seus secretários. O núcleo é fundamental para a sustentabilidade das ações.
- C) No nível executivo, o modelo de governança do Juntos é composto pela **equipe da Comunitas**, pelo comitê gestor dos governos e por consultores especializados. Esses são os atores responsáveis pela operação do programa no dia-a-dia das cidades. A equipe da Comunitas lidera a operação, sendo responsável por articular as parcerias e gerir a rede de stakeholders engajados no programa, em diálogo permanente com os governadores, prefeitos e secretários.
- D) O **comitê gestor**, por sua vez, é composto por secretários próximos aos prefeitos e governadores e que tenham legitimidade para pactuar as diretrizes



do Juntos com outros gestores, além de capacidade de liderança para engajar servidores públicos no atendimento das metas estabelecidas. Os membros do comitê desempenham papel fundamental no desenvolvimento das frentes de trabalho e na garantia de sustentabilidade do programa.

- E) Os **consultores especializados** são os atores que detêm o conhecimento especializado e a metodologia para subsidiar a atuação do Juntos nos desafios de cada território. Trata-se de consultores contratados pela Comunitas com os recursos investidos pelos líderes empresariais, o que significa que o programa não representa qualquer custo para os cofres públicos. Os consultores são selecionados de acordo com os desafios identificados pelo Núcleo de Governança.

6. Abordagem do Programa

Além de atuar pela melhoria da gestão e dos serviços públicos, o Programa Juntos promove o fortalecimento das lideranças. O empoderamento e o engajamento da sociedade é, da mesma forma, condição primordial para a sustentabilidade e a manutenção das conquistas.

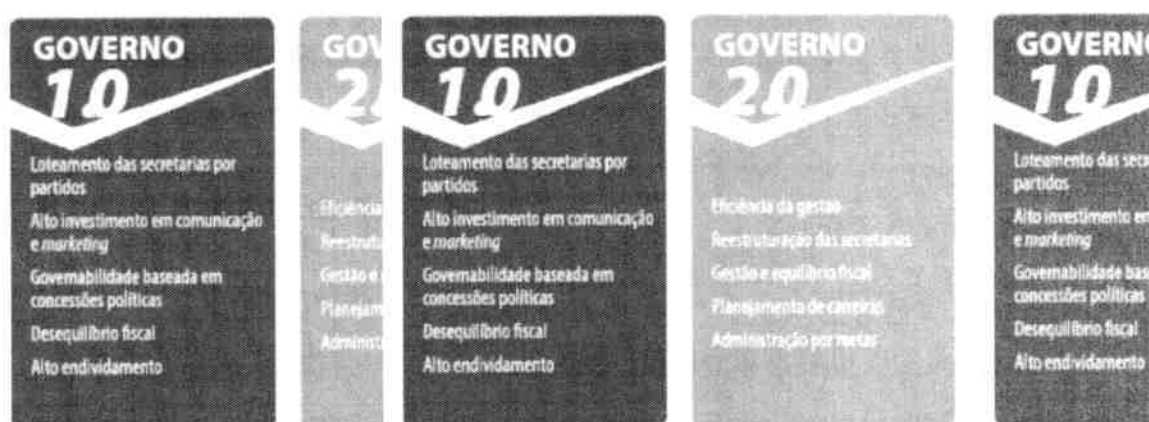
A abordagem top-down e bottom-up é um grande diferencial do programa, combinando a melhoria da gestão nos processos internos da prefeitura e a inovação em serviços públicos, a partir da cocriação com servidores e usuários. A partir dos eixos de fortalecimento de lideranças e promoção do controle social, o Programa Juntos assume que processos de transformação na gestão pública dependem de lideranças fortalecidas e engajadas e, ainda, que o controle social e a transparência são condições para a sustentabilidade dessas transformações.

7. Estágios de Governo

Todas as ações do programa são desenvolvidas com o objetivo de contribuir para que



os gestores da rede sejam atores-chave na construção de uma administração pública transparente e aberta ao diálogo com a sociedade, capaz de responder às demandas por políticas sociais com eficiência, qualidade e responsabilidade fiscal. Nesse sentido, o programa é guiado por um framework que oferece referências concretas para a análise dos diferentes estágios pelos quais transitam os governos em sua relação com a sociedade e em sua capacidade de oferecer serviços públicos. O framework que guia o Juntos pode ser resumido no diagrama abaixo.



Ainda que não seja possível afirmar que qualquer governo no Brasil ou no mundo se encontre no estágio 4.0 dessa régua, ela serve ao propósito de analisar as diferentes características dos governos brasileiros que transitam entre os estágios e, assim, oferece subsídios para a formulação de diretrizes que apontem para uma administração pública do futuro.

8. Atividades Comunitas

a. Coordenação

A coordenação das frentes de trabalho de uma cidade ou estado que fazem parte do Programa Juntos é uma das atividades primordiais do trabalho da Comunitas. Além de acompanhar e analisar as informações do andamento das frentes, o coordenador ou coordenadora também atua diretamente nas ações estratégicas e operacionais relacionadas ao trabalho, garantindo a capilaridade do programa, bem como a articulação com as atividades em andamento em toda a rede. Desta forma, é possível





identificar oportunidades e desafios das frentes e atuar em sinergia com as áreas de comunicação e conhecimento, a fim de contribuir para a sistematização e disseminação de ações e resultados.

Entre suas diversas atividades, estão sob a responsabilidade do coordenador:

- Acompanhar o desenvolvimento das frentes de trabalho de forma sistemática com os consultores especializados e o governo, com o objetivo de viabilizar a execução do projeto;
- Produzir análises e revisões de propostas, planejamento de ações e relatórios para acompanhamento das ações desenvolvidas;
- Mobilizar líderes e gestores públicos, além de consultores especializados e servidores, na garantia do andamento das frentes, envolvendo a identificação de desvios e problemas, propondo medidas para solucioná-los;
- Articular, coordenar e executar todas as etapas de realização de eventos e reuniões do programa, envolvendo líderes da governança e demais atores do projeto (prefeitos, governadores, secretários, consultores especializados, entre outros).

b. Sistemática de Acompanhamento

Para o acompanhamento consistente das frentes de trabalho, foi desenvolvida uma sistemática de reuniões de acompanhamento classificadas por níveis funcionais dos governos – chamados de N3, N2 e N1. Cada um desses níveis está condicionado a um grau de decisão: o N3 é o operacional, o N2 é o tático e o N1 é o estratégico.

A equipe da Comunitas costumeiramente acompanha as reuniões de N2 e N1, mas também pode participar das reuniões de N3, quando necessário. Para um bom funcionamento das atividades de acompanhamento, é imprescindível a participação e o envolvimento das lideranças, principalmente do prefeito ou governador, nas decisões e na legitimação da estratégia. A liderança dos secretários do **comitê gestor** e do **prefeito e/ou governador** é o principal elemento de engajamento da frente. A N1 é a reunião mais importante da estrutura e sua periodicidade deve ser mantida.





Figura: Pirâmide de Acompanhamento

Além disso, o modelo estruturado de governança compartilhada do Juntos promove a interação entre os atores sociais e a troca constante de informação e conhecimento através de uma série de reuniões e atividades estratégicas, são elas:

a) Reuniões de Governança

Trata-se de encontros periódicos entre líderes empresariais locais e da governança e lideranças públicas, com o objetivo de acompanhar os resultados do período e pactuar diretrizes para o futuro.

b) Encontros Rede Juntos

O objetivo dos encontros é unir secretários municipais e estaduais por área temática e promover um espaço de debate, troca e reflexão acerca dos desafios

e soluções tocantes à gestão pública.

9. Replicabilidade

Com o objetivo de disseminar e replicar boas práticas, a Comunitas possui uma área de conhecimento, responsável pela produção de conteúdo para disseminação e replicabilidade do conhecimento gerado através de suas ações. A sistematização das frentes do Juntos compreende resgatar, ordenar, interpretar e analisar as iniciativas lideradas pela Comunitas, pactuadas pelo Núcleo de Governança e executadas por





nossos parceiros técnicos, coordenadas pela equipe do Juntos, em constante diálogo com os gestores públicos. Dessa forma, as iniciativas são co-criadas para serem replicadas em outros estados e cidades, ampliando o impacto do programa.

Isso acontece por duas formas complementares:

A) Plataforma Rede Juntos

A plataforma digital Rede Juntos é um espaço de troca e aprendizado em gestão pública, que possui o objetivo de disseminar o conhecimento gerado a partir das frentes de trabalho do Programa Juntos e fortalecer uma rede formada por lideranças públicas, secretários e diretores, especialistas na área e público interessado em geral. Seu conteúdo é aberto e dinâmico, com interação direta e conteúdo produzido, inclusive, pelos próprios servidores.

B) Publicações

As cartilhas são materiais desenvolvidos para apoiar na disseminação e replicabilidade da sua metodologia. Destina-se, na maior parte, a propor alternativas para municípios que desejam se inspirar nessas boas práticas.

10. Apresentação Institucional do Parceiro Técnico

O Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável atua em parceria com o poder público, envolvendo e engajando a sociedade civil, em um trabalho colaborativo em busca do aprimoramento dos serviços prestados à população. Para tanto, a Comunitas mobiliza consultores especializados e qualificados para cada prioridade pactuada com os governos. A frente denominada *"Eficiência dos Gastos e Núcleo de Apoio a Gestão para o Governo do Estado do Pará"* a ser realizada junto ao governo paraense será empreendida em parceria técnica com a MAiS Software de Resultados.

Responsável Técnico: MAiS Software de Resultados

Experiência profissional na área: A consultoria A MAiS é uma empresa brasileira que



desenvolve e implanta soluções de melhoria dos resultados, para empresas, Prefeituras e Governos, integrando metodologia de gestão de negócios, *software*, algoritmos, *analytics* e *insights* (melhores práticas). Tem atualmente em seu portfólio 24 Prefeituras municipais, por exemplo, Bragança Paulista, Itaperuna, Três Rios, Itirapina, São Carlos, Brotas, Corumbataí e Limeira entre outras, e Governos estaduais como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A solução MAiS Equilíbrio Fiscal, gera resultados reais para melhoria da situação fiscal das Prefeituras. O *software* MAiS Equilíbrio Fiscal utiliza como base metodológica o PDCA (melhoria contínua) e todas as suas funcionalidades estão relacionadas às fases do método. Seu diferencial são os algoritmos especializados para identificar lacunas de gestão, transformando-as em oportunidades de ganhos para as contas de Receitas Tributárias, Outras Despesas Correntes e pessoal. Seu objetivo é melhorar a capacidade de investimentos dos municípios. Isto é possível através de análises dos dados contábeis e financeiros das prefeituras. Nossos algoritmos foram desenvolvidos com base nas melhores práticas de consultores experientes, aliados aos nossos estatísticos e especialistas em dados e *data science*; desta forma conseguimos automatizar análises e manter o patamar de ganhos reais para as prefeituras.

iConsultoria é um serviço inovador que a MAiS desenvolveu, justamente, para atender Prefeituras de pequeno e médio porte, que não tenham orçamento para contratar os serviços de acompanhamento *in loco* pelos 8 meses previstos no projeto padrão de Equilíbrio Fiscal. São Prefeituras que querem absorver a cultura de Gestão por Resultados, mas que precisam de uma forma mais prática, moderna e econômica de ter apoio nas reuniões de resultados.

11. Informações do Projeto

11.1. Desafio

O Estado do Pará possui índices fiscais positivos, sendo, de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, um dos estados menos endividados do país. No entanto, há uma grande demanda por redução de despesas: com a queda no repasse do governo federal e o crescimento das despesas correntes (resultando em déficit do



Resultado Primário), o Estado carece de racionalização das despesas de custeio e pessoal para não incorrer em descumprimento das metas e limites previstos na LRF. Justamente por isso, o Executivo Estadual vem tomando medidas necessárias à contenção de gastos, sendo a principal delas a publicação do Decreto nº 01 de 02 de janeiro de 2019 que estabelece medidas de austeridade para o reequilíbrio fiscal e financeiro do Poder Executivo Estadual.

O Estado enfrenta também dificuldades de gestão inerentes à amplitude do território e disparidades entre os municípios que, em sua maioria, não contam com sistemas informatizados, seja para gestão financeira/contábil, gestão de pessoas e prestações de contas. Atualmente, o único sistema utilizado pelos municípios é o SICONV, sendo que muitos servidores de diversos municípios ainda precisam ser capacitados para utilizar esta ferramenta. Neste aspecto, cabe ao Estado coordenar ações que devem ser replicadas nos diferentes pontos do território, beneficiando em grande escala a população paraense.

Nesse contexto, este projeto visa ajudar o governo do Estado do Pará a racionalizar e dar eficiência aos principais gastos correntes através de capacitação de corpo técnico em gestão e tecnologia. Será dado foco na Secretaria Estadual de Saúde, visando reduzir gastos no curto prazo e estruturar a Regulação da Gestão dos Hospitais no médio e longo prazos.

11.2. Justificativa:

A redução de despesas na esfera estadual deve ser sustentável e planejada, para que não resulte em redução de serviços ou qualidade das políticas públicas. Sendo assim, será necessário requalificar a alocação de recursos do Estado, de forma evitar que a piora do Resultado primário configure um déficit estrutural que inviabilize a execução de investimentos em serviços prioritários.

Nesse aspecto, ressalta-se a importância do equilíbrio fiscal alinhado à boa execução



do Orçamento: o foco não é a redução linear de despesas, mas a otimização e qualificação do gasto público, e diversificação da capacidade de investimentos do estado.

11.3. Objetivos:

Ajudar o governo do Estado do Pará a racionalizar e dar eficiência aos principais gastos correntes através de capacitação de corpo técnico em gestão e tecnologia com foco na área da saúde, almejando a excelência em qualidade e custo por meio de regulação, gestão hospitalar e otimização dos gastos.

11.4. Metodologia:

- Planejamento (análise de despesas);
- Capacitação de líderes e gestores por meio de reuniões e workshops com especialistas;
- Realização de diagnóstico e definição das Metas;
- Definição dos Planos de Ação que irão possibilitar o cumprimento das metas;
- Estabelecimento de rotina para acompanhamento de resultados

11.5. Resultados Esperados:

Espera-se com o trabalho proposto neste projeto otimizar despesas e melhorar a gestão da Secretaria de Saúde por meio do estabelecimento de Plano de ação de melhoria de resultados.

11.6. Prazo:

O tempo total para conclusão dos trabalhos, incluindo o acompanhamento e suporte é de 12 (doze) meses.

11.7. Equipe:

O trabalho será realizado com apoio de consultores especialistas e com a participação efetiva dos servidores de carreira do estado.



11.8. Fatores Críticos de Sucesso:

São fatores críticos de sucesso:

- Seleção de líderes e gestores comprometidos com o projeto, uma vez que os Gestores selecionados terão tarefas do projeto com suporte no desenvolvimento e *mentoring*, além do envolvimento direto com o cumprimento das metas estabelecidas;
- Fornecimento de informações por parte da Secretaria Estadual de Saúde de maneira integral e tempestiva, considerando o cronograma de execução do projeto e os pacotes de despesas que serão trabalhados no projeto;

11.9. Atividades:

A frente de trabalho proposta conterà:

- Análise das Despesas do Governo do Pará;
- Estabelecimento de Metas de redução de Despesas;
- Elaboração de Planos de Ação para otimização do gasto público;
- Formação de uma equipe com capacidade de monitorar e agir nas causas das despesas;
- Pactuação dos resultados com os envolvidos na meta de otimização.
- Realização de workshops voltados para: estruturação dos dados; análise das lacunas e definição de metas; formulação dos planos e projetos de melhoria e Implantação e aberturado acompanhamento.

11.10. Cronograma

Atividades previstas	Meses do projeto											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Definição da Equipe do Governo												
Escolha das equipes das duas frentes												
Capacitação das equipes escolhidas												
Planejamento												
Workshop 1 - Estruturação dos dados												
Workshop 2 - Análise das lacunas e definição das metas												
Workshop 3 - Formulação dos planos e projetos de melhoria												
Workshop 4 - Implantação e abertura do acompanhamento (reunião 1)												
Reuniões de acompanhamento Piloto (2 e 3)												
Governança do Projeto												



11.11. Acompanhamento dos resultados:

A articulação para a sustentabilidade do projeto compõe um dos principais pilares na atuação da Comunitas junto aos entes públicos que fazem parte do Programa Juntos. Conforme descrito no item 9 – Replicabilidade, são realizadas reuniões de acompanhamento, visando aferir o impacto dos resultados e também promover a interação entre os atores sociais e a troca constante de informação e conhecimento através de reuniões estratégicas, a saber, as reuniões de Governança e Encontros Rede Juntos.

Tais reuniões incentivam a capilaridade e a perenidade do programa, bem como a articulação com as atividades em andamento nos demais estados, municípios e órgãos do governo federal que fazem parte da rede. Diferentemente do Encontro Rede Juntos que visa o compartilhamento de ideias e resultados e aprimoramento do benchmarking entre diferentes entes públicos, as reuniões de governança a serem periodicamente realizadas discutirão os resultados do projeto e que ações devem ser tomadas para que o objeto do trabalho se concretize.

Em relação especificamente ao trabalho de *“Eficiência dos Gastos e Núcleo de Apoio a Gestão para o Governo do Estado do Pará”*, que consubstancia objeto deste Plano de trabalho, o acompanhamento será crucial para se verificar a evolução das despesas e cumprimento das metas previstas, que deverão impactar os serviços prestados pelo estado.



PROGRAMA
JUNTOS PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
EQUIPE RESPONSÁVEL

Washington Bonfim – Diretor
José Rodrigues Alves – Gerente

COMUNITAS
PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

Associação privada sem fins econômicos ou lucrativos.
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, Lei Federal nº 9.790/99 e Portaria do Ministério da Justiça nº 362/16, publicado no Diário Oficial da União em 07 de fevereiro de 2002.
CNPJ/MF sob o nº 03.983.242/0001-30.
Rua Pamplona, nº 1005, 3º andar, Jardim Paulista, CEP 01405-200, São Paulo/SP.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Por este instrumento, de um lado, **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**, doravante denominada SEAD, inscrita no CNPJ sob nº 05.247.283/0001-94, situada à Travessa do Chaco nº 2350 – Bairro do Marco, neste ato representada por **HANA SAMPAIO GHASSAN**, portadora do RG nº 2313755 SSP/PA e do CPF 297.292.202-63 e, de outro, a

COMUNITAS: PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com sede e foro no Centro Ruth Cardoso, à Rua Pamplona nº 1005, 3º andar, Jardim Paulista, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.983.242/0001-30, neste ato representada por sua Diretora, **PATRÍCIA PEREIRA LOYOLA KAKAZU**, doravante simplesmente denominada **COMUNITAS**.

Considerando a assinatura pelas partes aqui consignadas no Acordo de Cooperação tendo por objeto a conjugação de esforços e recursos para implementação do “Projeto Juntos Estados”, doravante denominados “PROJETO”.

Considerando que para bom e fiel desempenho das atividades ajustadas no Acordo de Cooperação acima mencionado, faz-se necessária a disponibilização, pela SEAD para a **COMUNITAS** e respectivos **parceiros técnicos**, de informações confidenciais, ainda que sejam informações técnicas.

Resolvem as partes firmar o presente Termo de Sigilo e Confidencialidade que se regerá pelas Cláusulas e condições a seguir descritas:

I – Cláusula Primeira - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a proteção e sigilo das **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Administração - SEAD à **COMUNITAS** e demais partícipes consignados no Acordo de Cooperação, necessárias para a execução do “PROJETO”.

II – Cláusula Segunda – DAS DEFINIÇÕES

a) **Informações Confidenciais**: são todas as informações obtidas ou disponibilizadas para a **COMUNITAS** e demais partícipes necessárias para a execução do “Projeto” e não disponibilizadas ao público em geral, como, ainda, toda e qualquer informação, patenteada ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, Know-how, invenções, processos,





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

fórmulas, sistemas de produção, logística e layouts, planos de negócios (*business plans*), métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, documentos, contratos, papéis, estudos, pareceres e pesquisas a que o funcionário tenha acesso:

- i) por qualquer meio físico (documentos expressos, manuscritos, fac-símile, mensagens eletrônicas (e-mail), fotografias etc);
- ii) por qualquer forma registrada em mídia eletrônica (fitas, cd's, dvd's, disquetes etc);
- ii) oralmente.

b) Informações Não Confidenciais: são todas aquelas informações que sejam de domínio público no momento de sua revelação à COMUNITAS e demais partícipes, ou que passem a ser de domínio público sem que a COMUNITAS e demais partícipes tenham concorrido para isso ou que estejam na posse da COMUNITAS e demais partícipes no momento de sua revelação, desde que, de tal posse, devidamente documentada, seja dado imediato conhecimento.

Cláusula Terceira – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

Todas as informações de confidencialidade e sigilo previstas neste termo terão validade durante toda a vigência deste instrumento e do Acordo de Cooperação, enquanto perdurar a relação de cooperação havida entre as Partes e, ainda, por um período mínimo de 05 (cinco) anos contados do término do presente ajuste.

Cláusula Quarta – DAS OBRIGAÇÕES

I. Compete à COMUNITAS e demais partícipes:

- a) usar tais informações apenas com o propósito de bem e fiel cumprir os fins da empresa;
- b) manter o sigilo relativo às informações confidenciais e revelá-las apenas à COMUNITAS e demais partícipes;
- c) proteger as informações confidenciais que lhe foram divulgadas, usando o mesmo grau de cuidado utilizado para proteger suas próprias informações confidenciais;
- d) manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar à SEAD, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.
- e) devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ele fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pela SEAD para entrega, ou quando não for mais necessária a manutenção das informações confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas responsabilidades previstas neste instrumento.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

II. Compete à Secretaria de Estado de Administração - SEAD:

- a) envia esforços para disponibilizar todas as informações confidenciais solicitadas pela COMUNITAS e demais partícipes no prazo máximo 48 horas,
- b) dar tratamento confidencial e sigiloso aos documentos definidos nessa categoria, bem ainda informar quando o documento e/ou informação não se tratar de informação confidencial.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

Este Instrumento vigorará por 12 meses, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante interesse das Partes e desde que firmado Termo Aditivo.

Cláusula Sexta– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – As partes comprometem-se a seguir as condições previstas no presente Termo, para a transferência, troca, uso e proteção de informações confidenciais, que uma parte (Transmissor/SEAD) venha a revelar à outra parte (Receptora/COMUNITAS e demais partícipes), para o propósito de realização do Projeto, visando a proteção apropriada para as informações relativas a negócios, dados estatísticos e/ou pessoais, Recursos Humanos, comercialização ou promoção de qualquer produto ou serviço, diretriz ou práticas comerciais, bem como quaisquer relatórios, documentos técnicos ou não, desenhos, materiais e mercadorias, levadas ao conhecimento da Receptora, cujo teor a Transmissor não deseja que seja revelado, publicado ou disseminado sem sua prévia autorização.

II - O Transmissor/SEAD detém a propriedade das informações contidas em todos os materiais tangíveis, inclusive, sem limitações, de documentos por escrito ou impressos, discos e fitas de computador, que podem ser lidos por máquina ou pelo usuário. A Receptora/COMUNITAS e demais partícipes concordam em devolver a posse das informações recebidas que sejam originais, cópias, reproduções ou resumos, para o Transmissor/SEAD dentro de um período máximo de 30 (trinta) dias, após requisitadas e/ou após o cumprimento dos objetivos deste Instrumento.

III– São, ainda, obrigações da Receptora/COMUNITAS e demais partícipes:

- (i) Proteger todas as informações que lhe forem reveladas pelo Transmissor direta ou indiretamente;
- (ii) Devolver ao Transmissor/SEAD, caso lhe seja requerido, todas as cópias das referidas informações ou destruí-las totalmente;
- (iii) Registrar e investigar todas as tentativas não autorizadas de obter acesso às referidas informações, bem como notificar imediatamente ao Transmissor/SEAD, a qualquer perda, roubo ou divulgação sem prévia autorização. A Receptora/COMUNITAS





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

demais partícipes deverão manter esses registros disponíveis a qualquer tempo para o Transmissor/SEAD;

(iv) Usar todas as precauções para evitar que revelações, publicações, ou disseminação de informações recebidas sejam feitas inadvertidamente;

IV – São, ainda, obrigações do Transmissor/SEAD:

- (i) Cuidar para que os *logins* e senhas para preenchimento da pesquisa on-line sejam mantidos em confidencialidade e não sejam divulgados para pessoas de fora da Organização;
- (ii) Responsabilizar-se pela veracidade das informações disponibilizadas;
- (iii) Autorizar que as informações disponibilizadas possam ser utilizadas para a execução do PROJETO.

V – A Receptora/COMUNITAS e demais partícipes só poderá revelar as informações referidas neste instrumento quando autorizado expressamente pelo Transmissor/SEAD.

VI - O descumprimento das obrigações aqui assumidas pela Receptora acarretará o dever de indenizar o Transmissor, nos termos do artigo 927, do Código Civil Brasileiro.

Cláusula Sétima – DO FORO

As Partes elegem, de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Belém/PA como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, presente ou futuro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, 07 de outubro de 2019.


HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Administração, respondendo.

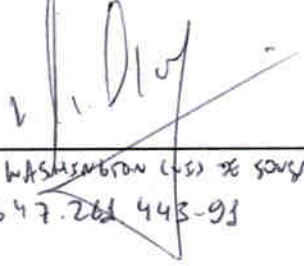

PATRÍCIA PEREIRA LOYOLA KAKAZU

COMUNITAS: PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Testemunhas:


Nome:

CPF: 887.463.802-72


Nome: WASHINGTON LUIS DE SOUZA BONFIM

CPF: 347.261.443-93

